

Universidade de Brasília

Pedro César Bittencourt Novaes Cabral

O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA.

Brasília 2017.

Pedro César Bittencourt Novaes Cabral

O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Direito pela Universidade de  
Brasília - UnB.

Orientador: Professor Doutor Vallisney de  
Souza Oliveira.

Brasília 2017.

Nome: CABRAL, Pedro César Bittencourt Novaes

Título: O Processo Judicial Eletrônico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília - UnB.

Data da defesa:

Resultado: \_\_\_\_\_

#### BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor Vallisney de Souza Oliveira (Orientador)

---

Professor Doutor

---

Mestre

À minha família, pelo apoio incondicional, por acreditar e investir em mim. Ao meu Pai, por estar sempre presente, mesmo à distância. À minha Mãe, por todo o amor e dedicação. Aos meus irmãos pelo amor e carinho. À Helene, pela paciência e amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por todo o apoio que me deram durante toda a graduação. Agradeço também aos colegas e amigos que fiz na faculdade e que nunca me esquecerei. Agradeço, por fim, aos professores pela dedicação e paciência, em especial, agradeço o Professor Vallisney de Souza Oliveira que me ajudou na realização desse trabalho.

## RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar o funcionamento do processo judicial eletrônico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Serão abordados os aspectos jurídicos e técnicos a respeito do assunto, desde o começo da implementação do processo eletrônico no tribunal até a atualidade e os desafios futuros. Primeiramente será abordada uma breve história do processo eletrônico no Brasil, as normas que introduziram o processo eletrônico e suas aplicações. Serão também apresentados os princípios aplicáveis ao processo eletrônico e decisões do STJ no que diz respeito a estes princípios. Em seguida será abordada a questão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a história da introdução do processo eletrônico no tribunal, suas aplicações, atualizações e os desafios futuros. O objetivo do trabalho é apresentar o funcionamento do processo eletrônico no STJ, sua adequação às normas vigentes e suas vantagens e desvantagens em relação aos outros tribunais e aos processos de papel.

Palavras-chave: processo eletrônico - STJ – Superior Tribunal de Justiça

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the functioning of the electronic process of law in the Superior Court of Justice. The legal and technical aspects of the matter will be analyzed, from the beginning of the implementation of the electronic lawsuit in the court to the present and future challenges. First we will study a brief history of the electronic lawsuit in Brazil, the norms that introduced the electronic process of law and its applications. After that, we will discuss the principles applicable to the electronic process of law and the STJ decisions with reference to these principles. Next, we will discuss the electronic lawsuit in the Superior Court of Justice, the history of the introduction of the electronic lawsuit in the court, its applications, updates and future challenges. The objective of this work is to present the electronic lawsuit in the STJ, its suitability to the current norms and its advantages and disadvantages in relation to the other courts and the paper processes.

Keywords: electronic lawsuit – electronic process of law – Superior Court of Justice – Superior Tribunal de Justiça - STJ

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. HISTÓRIA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO BRASIL.....	11
1.1. A lei 11.419/2006.....	13
1.2. As inovações do Código de Processo Civil no Processo Eletrônico.....	16
2. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO.....	19
2.1. Princípio da Igualdade.....	19
2.2. Princípio da Legalidade.....	21
2.3. Princípio da Instrumentalidade das Formas.....	22
2.4. Princípio da Celeridade Processual.....	23
2.5. Princípio da Publicidade.....	24
3. O Processo Judicial Eletrônico no Superior Tribunal de Justiça .....	29
3.1. Histórico.....	29
3.1.1. A Resolução 14/2013 e o Peticionamento Eletrônico Obrigatório .....	32
3.2. O Processo Eletrônico no STJ hoje.....	35
3.2.1. A Resolução 10/2015 e suas atualizações.....	35
3.2.2 O Sistema e-STJ.....	36
3.2.3. Assinatura Eletrônica.....	38
3.2.4. Intimação Eletrônica.....	39



3.3. Outras características e o futuro do processo eletrônico no STJ....	42
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

## INTRODUÇÃO

O Direito Processual, ainda que nunca tenha permanecido alheio às transformações sociais, passa, normalmente, por mudanças mais vagarosas do que às sofridas por outros ramos do Direito. Tal paradigma tem se alterado nos últimos tempos. Percebe-se, atualmente a tendência de alguns juristas de aceitar certa flexibilização de alguns procedimentos processuais em busca da verdade real dos fatos, a despeito do excessivo legalismo que tradicionalmente caracteriza a *práxis* jurídica brasileira.

O Direito Processual também tem se adaptado aos avanços tecnológicos visando acompanhar a modernização dos meios de comunicação, e, com isto, aprimorando a prestação jurisdicional à sociedade. Tais inovações têm suas vantagens e desafios, como será visto ao longo deste trabalho.

Dentre as diversas transformações ocorridas no direito brasileiro, principalmente no que diz respeito aos processos judiciais, tem-se o advento do processo judicial eletrônico como uma das principais novidades da última década. Tal inovação, pelas suas características, tem apresentado novos desafios à medida que vem sendo implementada no Brasil.

O STJ é um dos diversos tribunais que adotou o processo judicial eletrônico no Brasil. O presente trabalho tem como objetivo analisar a informatização do processo judicial no STJ, os procedimentos adotados no âmbito do tribunal e suas principais decisões a respeito de questões referentes ao processo judicial eletrônico.

A escolha de analisar o processo eletrônico especificamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça deu-se pela importância desta Corte no Judiciário brasileiro, além das inovações e especificidades que o tribunal adotou no que diz respeito ao processo judicial eletrônico.

Cabe apontar que o STJ é o tribunal responsável por uniformizar a interpretação da lei federal no Brasil<sup>1</sup>, e tem como missão “Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à

---

<sup>1</sup> Em: <[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Institucional/Atribui%C3%A7%C3%B5es](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Institucional/Atribui%C3%A7%C3%B5es)>. Acesso em 15 de junho de 2017

interpretação da legislação federal<sup>2</sup>. Sua alcunha é “O Tribunal da Cidadania”. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça tem um grande número de processos em tramitação, tendo sido julgados, só em 2016, aproximadamente 380 mil processos<sup>3</sup>. Ademais, o STJ possui hoje, cerca de 99% de todos os seus processos tramitando de modo eletrônico.

Antes de adentrar no estudo do processo eletrônico no Superior Tribunal de Justiça, todavia, é necessário um conhecimento do funcionamento do processo eletrônico judicial no país de modo geral, seu histórico, suas características e regras.

Deste modo, o presente Trabalho abordará, primeiramente, a origem do processo judicial eletrônico no Brasil, suas normas e seu desenvolvimento através do tempo. Serão estudadas as evoluções dos meios eletrônicos nos processos judiciais brasileiros, sobretudo com a promulgação da Lei 9.800/99, conhecida como “Lei do Fax”. Em um segundo momento, analisar-se-á a Lei 11.419/2006, que instituiu o processo eletrônico propriamente dito no Brasil e suas atualizações sofridas com o advento do Código de Processo Civil de 2015.

Conforme será apresentado, o processo eletrônico obedece a princípios e regras próprios e possui legislações específicas que o regulamentam. O conhecimento de tais regras é imprescindível para que se analise a adequação dos procedimentos adotados no STJ em relação a tais regramentos. Desta forma, serão estudados os principais princípios processuais atinentes ao processo eletrônico, suas características e os desafios de adaptar o processo eletrônico à realidade jurídica brasileira. Serão analisados, no mesmo capítulo, acórdãos e sentenças do STJ em relação a casos concretos no que diz respeito aos princípios processuais pertinentes ao processo eletrônico.

---

<sup>2</sup> Em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Institucional/Gest%C3%A3o-estrat%C3%A9gica/Miss%C3%A3o,-vis%C3%A3o-e-valores](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Institucional/Gest%C3%A3o-estrat%C3%A9gica/Miss%C3%A3o,-vis%C3%A3o-e-valores). Acesso em 15 de junho de 2017

<sup>3</sup> Em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/N%C3%BAmero-de-processos-julgados-pelo-STJ-aumentou-8,5%25-em-2016](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/N%C3%BAmero-de-processos-julgados-pelo-STJ-aumentou-8,5%25-em-2016). Acesso em 15 de junho de 2017

Prosseguindo, será estudada a história da implementação do processo eletrônico no Superior Tribunal de Justiça. Serão analisadas as normas criadas pelo Tribunal para regulamentar o processo eletrônico no seu âmbito interno.

Em seguida será examinada a atual realidade do Processo Eletrônico no STJ, serão analisadas também algumas estatísticas em relação a número de processos, evolução do processo eletrônico no tribunal, dentre outras.

Examinar-se-ão também, algumas decisões importantes desta Corte em relação ao processo eletrônico, para, enfim, concluir com ponderações em relação à realidade atual do processo eletrônico no STJ e seus desafios futuros.

## **1. HISTÓRIA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO BRASIL**

A Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 foi responsável por instituir o processo eletrônico no Brasil. A existência de legislação que trata da modernização do processo, todavia, é anterior a tal lei. A Lei 8.245/91, mais conhecida como Lei do Inquilinato, foi a pioneira em autorizar a realização de atos processuais por meio eletrônico<sup>4</sup>.

A Lei do inquilinato previa que, desde que autorizado no contrato, a citação, intimação ou notificação, dirigida à pessoa jurídica ou firma individual, poderia ser realizada mediante telex ou fac-símile<sup>5</sup>. Tal procedimento, ainda que não possa considerado como o início do processo eletrônico no Brasil, foi notadamente um importante avanço no sentido da modernização do Judiciário para melhorar a prestação jurisdicional. Naquele quadro dos anos noventa o computador ainda não era popularizado e os autos do processo eram exteriorizados no papel. Não se falava em processo eletrônico e tampouco se cogitava o uso da incipiente internet para a realização de atos processuais

---

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Tarcísio. Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática/Tarcísio Teixeira – 2. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2014. p.406.

Em 1999 foi promulgada a Lei 9.800/99, também conhecida como “Lei do Fax”, que permitia, em seu Parágrafo primeiro, “[...] a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita”<sup>6</sup>.

Tal dispositivo legal, apesar do avanço na direção do uso de novas tecnologias no processo judicial, não pode ser considerada como a instituição do processo eletrônico, já que exigia a apresentação do documento original assinado após cinco dias da transmissão via fax<sup>7</sup>. Ademais, ainda que a aludida lei mencione a possibilidade de utilização de meio similar ao fac-símile, a jurisprudência até hoje não admite o uso do e-mail para a transmissão de petição escrita:

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO VIA EMAIL.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MEIO NÃO EQUIPARADO AO FAC-SÍMILE.

[...]

2. A interposição de recurso via correio eletrônico não encontra previsão legal, não podendo esse meio ser equiparado ao fac-símile (fax) previsto na Lei 9.800/1999. Precedentes do STJ.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.<sup>8</sup>

A Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, que instituiu os juizados especiais federais impulsionou também a informatização no âmbito da Justiça Federal. Tal lei possibilitou o uso de sistemas informáticos sem a necessidade do envio das peças originais, como exigia a Lei do Fax<sup>9</sup>.

Ainda em 2001, entretanto, foi vetada a inclusão do parágrafo único do art. 154 no Código de Processo Civil pela Lei 10.358/2001. Tal dispositivo

---

<sup>5</sup> BRASIL. Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8245.htm)

<sup>6</sup> BRASIL. Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9800.htm)

<sup>7</sup> TEIXEIRA, Tarcísio. *op. cit.*, p.406.

<sup>8</sup> BRASIL. STJ. Recurso Especial nº 1.656.887/MA. Segunda Turma. Rel. Ministro Herman Benjamin. Julgamento em 18/04/2017. Publicado no DJe em 02/05/2017. Disponível em [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201601462272&dt\\_publicacao=02/05/2017](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201601462272&dt_publicacao=02/05/2017).

previa que “atendidos os requisitos de segurança e autenticidade, poderão os tribunais disciplinar, no âmbito da sua jurisdição, a prática de atos processuais e sua comunicação às partes, mediante a utilização de meios eletrônicos<sup>10</sup>”. A Presidência da República alegou, na justificativa do veto, que a edição de tal parágrafo divergia da Medida Provisória 2.200/2001 que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e que a prática dos atos processuais de forma eletrônica deve ser tratada de forma uniforme em prol da segurança jurídica<sup>11</sup>.

Nota-se, portanto, que a implementação do processo judicial eletrônico no Brasil enfrentou dificuldades desde o início, já que os tribunais e juízes não aceitaram com facilidade as novidades tecnológicas

Cinco anos após o veto na Lei 10.358/2001, em 2006, a Lei 11.280/2006 inseriu no art. 154 do Código de Processo Civil, um parágrafo único que permitia aos tribunais disciplinar a prática e a comunicação dos atos processuais por meios eletrônicos, atendendo os requisitos do ICP-Brasil. A harmonização de tal dispositivo legal com a Medida Provisória n. 2.200/2001 foi o que possibilitou a promulgação da Lei 11.419/2006<sup>12</sup>.

### **1.1 A lei 11.419/2006**

A Lei 11.419/2006, também conhecida como LIPJ – Lei da Informatização do Processo Judicial normatiza a tramitação eletrônica de processos judiciais, a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais, sendo aplicável aos processos civis, penais, trabalhistas, dentre outros<sup>13</sup>.

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

---

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Tarcísio. *op. cit.*, p.407.

<sup>10</sup> BRASIL. Mensagem n. 1.446, de 27 de dezembro de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/Mensagem\\_Veto/2001/Mv1446-01.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2001/Mv1446-01.htm)

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> TEIXEIRA, Tarcísio. *op. cit.*, p.408.

<sup>13</sup> Idem, p.408-409

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.<sup>14</sup>

É clara a importância da edição desta lei para o procedimento judicial como um todo. O processo eletrônico busca minimizar diversos problemas que ocorrem com a utilização de processos físicos, a começar pela utilização de grande quantidade de papel em todas as instâncias do Judiciário. Além disso, o processo eletrônico aumenta a celeridade dos trâmites processuais, poupa tempo dos serventuários da justiça com procedimentos utilizados nos processos físicos e amplia o acesso ao judiciário.

O acesso ao poder judiciário, a propósito, talvez seja a maior vantagem proporcionada pela implementação do processo eletrônico. Com ele, o advogado não precisa se deslocar até o tribunal para a consumação do ato processual, podendo o fazer de sua casa ou escritório.

Ruschel, Lazzari e Rover explicam, em síntese, as facilidades que o processo eletrônico trouxe para os advogados e as partes no acesso à justiça: “As vantagens diretas decorrem da diminuição de custos com papel, impressão, fotocópias, deslocamentos até à Justiça, comodidade do acesso imediato aos autos no momento em que desejar, intimações pessoais e possibilidade de gerenciamento dos processos integrada ao próprio sistema<sup>15</sup>”.

Apesar dos avanços produzidos pela LIPJ, tal lei não está isenta de defeitos. Primeiramente cabe analisar a denominação da referida lei, conhecida como “Lei de Informatização do Processo Judicial”. O termo “processo” também aparece no título do Capítulo III da lei, “DO PROCESSO DIGITAL”. Para elucidar este problema é necessário fazer a distinção entre os termos “processo” e “procedimento”. Como leciona o professor Elpidio Donizetti:

Processo é o método pelo qual se opera a jurisdição, com vistas à composição dos litígios. É o instrumento de realização da justiça; é relação jurídica, portanto, é abstrato e finalístico.

<sup>14</sup>BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm)

<sup>15</sup> RUSCHEL, José Áirton; LAZZARI, João Batista; ROVER, Aires José. O Processo Judicial Eletrônico no Brasil: uma visão geral. Processo Judicial Eletrônico / Coordenação: Marcus Vinicius Furtado Coêlho e Luiz Cláudio Allemand. – Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014. p.22.

Procedimento é o *modus faciendi*, o rito, o caminho trilhado pelos sujeitos do processo. Enquanto o processo constitui o instrumento para a realização da justiça, o procedimento constitui o instrumento do processo, a sua exteriorização<sup>16</sup>.

Assim, “procedimento eletrônico” seria a forma de manifestação no processo. O termo tecnicamente correto a ser utilizado no seria “procedimento eletrônico”. Tal distinção é importante pois, não havendo a criação de uma nova ciência jurídica, não se pode revogar ou criar princípios e conceitos mas apenas adequá-los a uma nova realidade procedimental.

Outra crítica bastante comum é sobre a imprecisão técnica de alguns termos que aparecem na lei. Tais imprecisões acarretam debates acerca dos limites da referida lei e a extensão de sua aplicabilidade. José Carlos Araújo de Almeida Filho, em sua obra “Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico – A Informatização Judicial no Brasil”<sup>17</sup> trata, por exemplo, do conceito de meio eletrônico para a referida lei. O art. 1º, § 2º, I da Lei 11.419/2006 considera “meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais”.

O autor, entretanto, entende que tal definição não abrange todas as possibilidades de atos que possam ser admitidos no processo eletrônico, já que informações, como imagens e sons, não são necessariamente arquivos digitais e também trafegam pela Internet. A teleconferência, por exemplo, é meio de comunicação à distância que pode ser adotado no Processo Eletrônico para a oitiva de testemunhas<sup>18</sup>. Assim, o autor entende que “A fim de tratarmos do assunto e evitar distorções na aplicação da norma, é prudente analisá-la extensivamente. Por meio eletrônico devem ser considerados todos os atos praticados através de sistemas de informática ou similar<sup>19</sup>.”

Este problema foi solucionado com a edição do Código de Processo Civil, em 2015, que previu a utilização de videoconferências e outros recursos

---

<sup>16</sup> DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007. p.39.

<sup>17</sup> ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo, 1967 - Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: A informatização judicial no Brasil/ José Carlos de Araújo Almeida Filho. 5. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2015. p.238

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Ibidem.



tecnológicos de transmissão de sons e imagens para a realização de atos processuais

Outra controvérsia da lei é a aplicação indistinta do Processo Eletrônico nos processos civil, do trabalho e penal. Tal distinção é imprescindível de ser feita, devido à diferença entre cada um desses ramos. No processo trabalhista, por exemplo, o primeiro contato do juiz com autos é em audiência. Já o processo penal carece de mais cuidados para que suas garantias fundamentais sejam preservadas<sup>20</sup>.

## **1.2. As inovações do Código de Processo Civil no Processo Eletrônico e sua repercussão na Lei 11.419/2006.**

O Código de Processo Civil, promulgado em 2015, trouxe importantes inovações no que diz respeito ao Processo Eletrônico, alterando em diversos pontos a Lei 11.419/2006, também chamada Lei da Informatização do Processo Judicial – LIPJ.

O primeiro capítulo da LIPJ tratou, primeiramente, da esfera de atuação da lei. Em seguida, o dispositivo legal trouxe definições do que seria meio eletrônico, transmissão eletrônica e assinatura eletrônica. Neste aspecto o CPC de 2015 em nada inovou, não dirimindo os problemas quanto às definições legais resumidamente discutidos no presente trabalho.

Importantes alterações foram feitas no segundo capítulo da Lei 11.419/2006, intitulado “Da comunicação eletrônica dos atos processuais”. Tal capítulo trata das publicações de atos judiciais, e dos prazos atinentes a estes atos. A lei supracitada já previa a possibilidade de criação, pelos tribunais, do Diário de Justiça Eletrônico:

Art. 4º: Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Ibidem. p.233

<sup>21</sup> BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm)

Além disso, o § 2º do mesmo artigo previa que a publicação no Diário da Justiça Eletrônica poderia substituir qualquer outro meio de publicação oficial, a exceção dos casos em que a lei exigia intimação ou vista pessoal.

Seguindo essa inovação trazida pela Lei 11.419/2006, o Código de Processo Civil determinou também, a publicação no Diário de Justiça Eletrônico dos despachos, decisões interlocutórias, dispositivos das sentenças e ementas dos acórdãos.<sup>22</sup>

O capítulo seguinte da lei trata do processo eletrônico e de como ele seria viabilizado nos tribunais. O Código de Processo Civil inova ao determinar a regulamentação do processo eletrônico como competência do CNJ e, supletivamente, aos tribunais<sup>23</sup>.

Outra inovação que o CPC trouxe à lei em questão foi em relação à impossibilidade de intimação, citação ou notificação por motivos técnicos. A LIJP determinava que, havendo impossibilidade técnica para a realização de algum desses atos processuais, eles seriam praticados segundo as regras ordinárias e, posteriormente, o documento físico seria digitalizado e destruído. O CPC inovou ao trazer a possibilidade de ser configurada a justa causa do artigo 223, *caput*, e § 1º.

Outra novidade importante para o presente trabalho é a do art. 198 do CPC. A Lei 11.419/2006 previa que os órgãos do Poder Judiciário deveriam manter computadores à disposição dos interessados para a distribuição de peças processuais<sup>24</sup>. O CPC vai além, determinando, em seu artigo 198, que:

Art. 198. As unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.

<sup>22</sup> BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm)

Parágrafo único. Será admitida a prática de atos por meio não eletrônico no local onde não estiverem disponibilizados os equipamentos previstos no caput<sup>25</sup>.

Quanto à força probatória dos documentos digitalizados, o Código Civil pouco alterou a Lei da Informatização do Processo Judicial, mantendo a mesma força probatória dos documentos originais, desde que o documento eletrônico tenha sido juntado por Órgãos da Justiça, Ministério Público, advogados, etc.<sup>26</sup>. A alteração se deu no prazo para ser suscitada sua falsidade, que deverá ser na contestação, na réplica ou quinze dias após a juntada do documento<sup>27</sup>.

O CPC trouxe também a necessidade de o advogado indicar seu endereço eletrônico na procuração (Art. 287) e de a petição inicial vir indicada com os endereços eletrônicos do autor e do réu (Art. 319, II). Além disso, trouxe a possibilidade de intimação do advogado que postula em causa própria por meio do endereço eletrônico, caso este mude de endereço e não comunique ao juízo (Art. 106, II, § 2º).

Já o Art. 229, § 2º, excepciona a incidência de prazo em dobro para os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos nos processos que têm autos eletrônicos.

Com relação ao Agravo de Instrumento o CPC dispensou a cópia do processo quando estes forem eletrônicos:

Art. 1.017. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

[...]

§ 5º Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.

<sup>25</sup> BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Ibidem.

O CPC previu também a utilização de videoconferências e outros recursos tecnológicos de transmissão de sons e imagens para a realização de atos processuais (Art. 236, § 3º). Tal novidade foi importante para solucionar lacuna existente na Lei 11.419/2006.

Além dessas, diversas outras alterações foram feitas pelo Código de Processo Civil no que se refere aos procedimentos utilizados no processo eletrônico. Observa-se assim um propósito do legislador de, cada vez mais, tentar inovar, acompanhando as tendências relativas à evolução tecnológica para auxiliar e melhorar a eficiência do Poder Judiciário.

Em face da legislação atual sobre o processo eletrônico (CPC, LIPJ e outras esparsas) não se pode deixar de observar os princípios aplicáveis de acordo com as peculiaridades do processo eletrônico em relação ao processo físico.

## **2. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Princípios são enunciações que condicionam e estabelecem a aplicação e a compreensão do ordenamento jurídico. É relevante entender os critérios utilizados para gerar as normas atinentes ao processo eletrônico, entendendo suas particularidades em comparação com os processos físicos, seus desafios e suas dissidências doutrinárias.

Entre os princípios relevantes aplicáveis ao processo eletrônico podemos arrolar o princípio da igualdade, da legalidade, da instrumentalidade das formas, da celeridade processual e da publicidade. O Superior Tribunal de Justiça também se deparou com as questões dos princípios em face dos processos eletrônicos, firmando posições e direcionando

### **2.1 – Princípio da igualdade.**

O princípio da igualdade processual deriva do princípio, assegurado na constituição, de que todos são iguais em direitos e deveres. Para o professor Araken de Assis:

A promoção da igualdade no processo civil visa a tornar a relação processual equilibrada realmente, conferindo às partes, na prática, e, não apenas na teoria, além da identidade de deveres e de poderes, as mesmas expectativas de êxito. É a célebre paridade de armas. Para estabelecê-la, a lei intervém, abstratamente, corrigindo o presumível *handicap* de uma das partes; por exemplo, dilatando prazos, modificando o regime financeiro do processo, e assim por diante. [...] <sup>28</sup>

A principal discussão deste princípio no que diz respeito ao processo eletrônico é em relação à dificuldade de acesso às ferramentas básicas para a realização de atos judiciais eletronicamente. No Brasil, especificamente, nem todos tem acesso aos meios necessários para a realização desses atos, tais como computadores, internet, etc.

Ainda que o computador seja um instrumento de trabalho quase que imprescindível para o exercício da advocacia, os sistemas usados pelos tribunais exigem, para sua devida utilização, requisitos de *software*, de *hardware* e de velocidade da internet que nem todos têm acesso, levando em consideração a precariedade do acesso à tecnologia em vários lugares do país. Ademais, o acesso à internet no Brasil, especificamente a banda larga, ainda não é universal.

Analisando a realidade do Superior Tribunal de Justiça, este tribunal, seguindo os passos do STF<sup>29</sup>, tornou obrigatório o peticionamento eletrônico de diversas petições iniciais e incidentais em 2013<sup>30</sup>. Ainda que medidas tenham sido tomadas para mitigar o impacto causado, como a exigência da obrigatoriedade ser gradual, a determinação da obrigatoriedade do peticionamento eletrônico causou dificuldades para advogados que trabalham em localidades com acesso precário à internet. Ainda assim, acreditamos que as vantagens de tal obrigatoriedade superam, e muito, as desvantagens, como será visto adiante.

Ainda com relação à inclusão digital, é preciso destacar que não só advogados sofrem com a dificuldade de acesso aos meios necessários para

---

<sup>28</sup> ASSIS, Araken de. Processo civil brasileiro, volume I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos / Araken de Assis. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015. p.454.

<sup>29</sup> BRASIL. Resolução/STF n. 427, de 20 de abril de 2010. Disponível em <http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO-C-427.PDF>

realizar atos processuais eletronicamente. O *Habeas Corpus*, por exemplo, é um remédio constitucional que pode ser impetrado por qualquer pessoa.

Quanto a este apontamento, o STJ estabeleceu, tanto na primeira resolução que tratava da obrigatoriedade do peticionamento eletrônico (Resolução 14/2013), quanto em sua Resolução mais recente (Resolução 10/2015 e alterações<sup>31</sup>), classes processuais em que não seria obrigatório o peticionamento eletrônico. Desta forma, além do *Habeas Corpus*, em outras classes processuais, como Revisão Criminal, ainda é permitido o peticionamento em papel. Em 2015 ficou famoso um episódio em que um preso enviou ao STJ um pedido de *Habeas Corpus* escrito em papel higiênico<sup>32</sup>.

Por fim, é oportuno mencionar a exigência de certificado digital para acessar os autos no âmbito do STJ. Embora isto não seja, a princípio, um problema para os advogados, que muito provavelmente utilizarão o certificado em diversas ocasiões, as partes de processos que tramitam no STJ também precisariam de certificado digital para acessar os autos. Como os certificados digitais tem, normalmente, um valor alto, cria-se uma desigualdade no que se refere à publicidade do processo às partes interessadas em ter acesso aos autos.

## 2.2 – Princípio da legalidade.

Para Ana Amélia Menna Barreto, o papel do Judiciário se limita a disciplinar a tramitação dos autos eletrônicos através de atos infralegais. A Lei 11.419/2006 não outorgou a competência para promover inovações em matéria processual, estabelecer exigências não previstas em lei ou violar direitos e normas legais<sup>33</sup>. O CPC tampouco permite o CNJ fazer tais inovações.

---

<sup>30</sup>BRASIL. Resolução/STJ n. 14, de 30 de outubro de 2013. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/61239>

<sup>31</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 10, de 6 de outubro de 2015. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/94929>

<sup>32</sup> Notícia disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/06/preso-envia-pedido-de-habeas-corpus-escrito-em-papel-higienico-para-o-stj.html>, Acesso em 20 de junho de 2017.

<sup>33</sup> BARRETO, Ana Amélia Menna. Regulamentação do Processo judicial informatizado X Violação legais. Processo Judicial Eletrônico / Coordenação: Marcus Vinicius Furtado Coêlho e Luiz Cláudio Allemand. – Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014. p.63.

Analisando a posição do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, analisamos o julgamento do Recurso Especial 1.488.590/PR, de 2015, que deu provimento para determinar a aplicação do prazo em dobro para litisconsortes com procuradores distintos ainda que se tratasse de processo eletrônico, visto que o Código de Processo Civil ainda não estava em vigor à época.

No caso acima citado, o juiz de primeira instância rejeitou embargos de declaração sob a fundamentação de que o prazo em dobro não se aplicava aos processos eletrônicos. Interposta a apelação, o Tribunal negou provimento sob a seguinte justificção:

"PROCESSUAL CIVIL. PRAZO EM DOBRO. ART. 191 DO CPC. LITISCONSÓRCIO COM PROCURADORES DISTINTOS. PROCESSO ELETRÔNICO. DESNECESSIDADE.

1. O tratamento desigual dado aos litisconsortes com procuradores diferentes justifica-se pela dificuldade da confecção de defesa, uma vez que os advogados não podem retirar em carga os autos do processo, tendo vista apenas em cartório.

2. Tratando-se de processo eletrônico, porém, há permanente disponibilidade de vista dos autos, de modo que, à luz de uma interpretação teleológica, atenta aos princípios da utilidade, igualdade e da ampla defesa, a contagem dos prazos em dobro não se sustenta<sup>34</sup>.

A parte prejudicada interpôs então o Recurso Especial, provido por unanimidade pela Terceira Turma do STJ. Em seu voto, o relator, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva afirmou que:

[...] Desse modo, apesar de se reconhecer que o disposto no art. 191 do CPC está em descompasso com o sistema do processo eletrônico, a alteração nas disposições aplicáveis a estes processos deve decorrer de mudança na lei processual civil, diante da observância do estrito princípio da legalidade, hipótese em que ficaria preservada a segurança jurídica do sistema como um todo, bem como a proteção da confiança.

Atento à necessidade de alteração legislativa, o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) ressalva a aplicação do prazo em dobro no processo judicial digital:

<sup>34</sup> BRASIL. TRF 4 Região. Apelação Cível nº 5000554-03.2012.404.7008/PR. Rel. Desembargadora Marga Inge Barth Tessler. Julgamento em 11/07/2014. Disponível em [https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar\\_documento\\_publico&doc=41405103188686171010000000582&evento=41405103188686171010000000200&key=14c9e702171dafef7005db761c083906d8ccf483b974203f10ecfe3d9e61421c](https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41405103188686171010000000582&evento=41405103188686171010000000200&key=14c9e702171dafef7005db761c083906d8ccf483b974203f10ecfe3d9e61421c)

[...]

Contudo, enquanto não estiverem vigentes as novas disposições do CPC, não há como aplicar o entendimento firmado no acórdão recorrido.[...] <sup>35</sup>

Na decisão acima, o STJ entendeu por aplicar a lei vigente em detrimento de interpretação que seria prejudicial à parte. A interpretação de que não caberia prazo em dobro para litisconsortes com diferentes procuradores seria adotada, posteriormente, no CPC.

### **2.3 – Princípio da instrumentalidade das formas.**

O princípio da instrumentalidade das formas é de grande relevância atualmente no Brasil, principalmente com a edição do Código de Processo Civil de 2015.

Quando se fala em processo judicial eletrônico, porém, é importante prudência na aplicação de tal princípio. O processo eletrônico goza de singularidades que devem ser respeitadas para garantir a segurança dos atos processuais, e muitas destas particularidades estão além da análise meramente jurídica de tais atos.

Como exemplo está a exigência de assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora ou de cadastro do usuário no poder judiciário, requisito este imposto pela própria LIPJ e não alterado pelo CPC. Tal exigência se justifica para manter a integridade e a segurança dos atos processuais.

Assim, não seria razoável a não exigência de assinatura eletrônica para a realização de atos processuais sob a justificativa de atender ao princípio da instrumentalidade das formas. Como leciona José Carlos:

[...] o ato processual desprovido de certificado digital corre o risco de ser absolutamente nulo e, por esta razão, não se pode aplicar o

---

<sup>35</sup> BRASIL. STJ. Recurso Especial nº 1.488.590/PR. Terceira Turma. Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgamento em 14/04/2015. Disponível em [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201402662993&dt\\_publicacao=23/04/2015](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402662993&dt_publicacao=23/04/2015)



princípio da instrumentalidade das formas, porque se trata de matéria prevista em lei cujos efeitos não se aproveitarão em caso contrário.<sup>36</sup>

Esta e outras precauções devem ser tomadas no que diz respeito ao processo eletrônico, já que questões de segurança e segredo de informações são muito mais delicadas no processo eletrônico do que no processo convencional/autos físicos.

## 2.4 – Princípio da Celeridade Processual

A Emenda Constitucional 45/2004 acrescentou no Art. 5º da Constituição Federal, o inciso LXXVIII que determina que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação<sup>37</sup>”. Trata-se do princípio da celeridade, o princípio mais atingido com o advento do processo eletrônico no Brasil.

A celeridade processual é vital para a consolidação da democracia em qualquer país. De nada adianta a garantia da prestação jurisdicional se esta não for eficiente. Araken de Assis leciona que:

Quanto maior for a tardança na obtenção dos resultados práticos, mais se intensifica o inconformismo dos litigantes, transformando a sentença justa, porventura sobreviesse antes, injusta pelo simples decurso do tempo.<sup>38</sup>

O processo eletrônico aumenta a celeridade processual de diversas formas. De maneira mais evidente, a tramitação dos documentos se torna mais célere, eliminando diversas etapas tais como numeração das folhas do processo, juntada de documentos nos autos físicos, vista física dos autos, transporte e o armazenamento dos processos, etc.

À época da implementação do peticionamento eletrônico obrigatório no STJ, foi divulgado, para convencer os advogados das vantagens de tal medida, que o tempo total entre a petição eletrônica chegar à Sessão de

<sup>36</sup> ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. *op. cit.*, p.200.

<sup>37</sup> BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

<sup>38</sup> ASSIS, Araken de. Processo civil brasileiro, volume I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos / Araken de Assis. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015. p.482.

Protocolo de Petições do tribunal e ser recebida pelo devido Órgão Julgador seria de, no máximo, vinte minutos. Com o peticionamento em papel tal trâmite demorava 48 horas, em média. Tal medida reflete em um aumento da celeridade do processo como um todo. A petição chegando mais rapidamente ao Órgão Julgador possibilita a juntada da peça aos autos mais rapidamente e, quando é o caso, a intimação das partes para dar prosseguimento ao feito.

## 2.5 – Princípio da Publicidade

A Constituição Federal impõe, em seu Art. 93, IX, que:

[...]

IX: todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Este é o princípio da publicidade aplicado ao Judiciário. Tal princípio é de vital importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito e ganhou destaque nas discussões a cerca de como seria sua aplicabilidade com o advento do processo eletrônico.

É importante destacar que a própria Constituição impôs limites ao princípio, quando determinou que a lei pode limitar a publicidade apenas aos advogados e às partes nos processos em que o direito à intimidade não prejudique o interesse público. O Código de Processo Civil, nesta mesma linha, destacou em seu Art. 189 um rol de processos que devem tramitar em segredo de justiça, como os processos em que exista o interesse público ou social, os processos “em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade”, dentre outros<sup>39</sup>. Assim, é comum haver discussões a cerca do conflito entre o direito à intimidade e privacidade *versus* o direito à publicidade dos atos processuais.

O processo eletrônico reacendeu essa discussão de uma forma totalmente inédita devido à facilidade, em tese, do acesso aos autos de um

---

<sup>39</sup> BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)

processo. O fato de não precisar se dirigir ao tribunal para visualizar o processo deu novos contornos à situação.

Primeiramente vamos analisar a redação do 11<sup>o</sup>, §6 da Lei 11.419/2006:

11<sup>o</sup>

[...]

§6: Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

A primeira discussão que surgiu a respeito deste artigo foi sobre a definição de “documentos digitalizados”. Enquanto parte dos juristas entendia que estes documentos seriam apenas as provas documentais juntadas pelas partes, outra parte entendia que a definição seria mais ampla e estender-se-ia a todos os documentos juntados ao processo.

Com a intenção de dirimir eventuais dúvidas e de regulamentar o dispositivo legal citado, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 121/2010, posteriormente alterada pela Resolução 143/2011 que, dentre outras matérias, dispõe sobre a publicidade dos dados processuais eletrônicos.

A Resolução citada determina que qualquer pessoa terá acesso, via internet, aos dados básicos dos processos judiciais, salvo os processos sigilosos e em segredo de justiça. Os dados básicos são, de acordo com a resolução, o “número classe e assunto do processo; nome da parte e de seus advogados; movimentação processual; inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos <sup>40</sup>”. O Art. 3<sup>o</sup> da mesma Resolução determina, por outro lado, inteiro acesso ao processo aos advogados cadastrados e habilitados nos autos, ao Ministério Público e às partes do processo. A Resolução também prevê que advogados, procuradores e membros do ministério Público cadastrados, mas não habilitados no processo, tenham acesso aos autos,

---

<sup>40</sup> BRASIL. Resolução/CNJ n. 121, de 5 de outubro de 2010. Disponível em [http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/resolucao/resoluo%20121\\_2010.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resoluo%20121_2010.pdf)

desde que demonstrado interesse, para fins de registro. Tal Resolução apresentar diversos problemas, como será exposto adiante.

Primeiramente, observa-se que, impondo restrições ao acesso aos autos por terceiros, o CNJ criou diferenciação entre os processos físicos e os eletrônicos, conforme exposto a seguir:

Com efeito, nota-se que o Conselho Nacional de Justiça permitiu tratamento diferenciado entre processos digitais e convencionais, e isso a despeito de ambos estarem igualmente sujeitos, ao menos em tese, ao risco de ofensa à intimidade dos litigantes. Afinal, enquanto os critérios para pesquisa (art. 4º da Resolução 121/2010) e os dados básicos disponíveis a todos (arts. 1º e 2º da Resolução 121/2010) são os mesmos para processos com autos físicos ou digitais, a restrição imposta à publicidade dos atos se aplica apenas a processos cujos autos encontram-se armazenados eletronicamente (art. 3º da Resolução 121/2010). Ou seja, muito embora seja facultado a qualquer pessoa buscar e identificar, de igual maneira, todos os processos – sejam esses eletrônicos ou convencionais – com base no sistema de busca dos Tribunais – exceto se tramitarem em segredo de justiça (art. 1º, parágrafo único, da Resolução 121/2010) –, apenas aqueles com autos armazenados eletronicamente terão seu acesso restrito, supostamente em prol da intimidade dos envolvidos. Quanto aos demais processos – com autos físicos –, nada impede, ao menos em tese, que qualquer pessoa compareça ao fórum a fim de obter cópia integral dos autos – hipótese em que sequer haveria obrigatoriedade de registro da consulta, diferentemente do que se verifica para autos digitais (art. 3º, § 2º, da Resolução 121/2010) –, podendo, posteriormente, divulgá-los na rede mundial de computadores para acesso de todos<sup>41</sup>.

Ademais, nada impede, por exemplo, que um advogado cadastrado mas não habilitado no processo acesse os autos e divulgue os dados do processo à terceiros. Assim, tal medida não protege a intimidade das partes do processo, mas permite somente “... a repressão a *posteriori* dos atos considerados como violadores da intimidade dos envolvidos – já não sua prevenção, única hipótese em que o direito estaria verdadeiramente resguardado<sup>42</sup>”.

Feita as devidas críticas à Resolução, não advogamos tampouco pela publicidade total dos processos e pelo acesso irrestrito de qualquer pessoa a todo o conteúdo dos autos. Tal medida colocaria seriamente em risco

---

<sup>41</sup> Rocha, Henrique de Moraes Fleury da. Garantias fundamentais do processo sob a ótica da informatização judicial. Revista de Processo. vol. 267. ano 42. p. 129-170. São Paulo: Ed. RT, Maio 2017.

a intimidade das partes. Além disso, poderiam surgir novos problemas, como a utilização das informações presentes nos processos para alimentar bancos de dados de empresas que têm interesse neste tipo de informação.

Desta forma, alguns estudiosos têm proposto diversas soluções para o problema apresentado, como a apresentada a seguir:

Propomos, ainda assim, como solução alternativa à decretação de segredo de justiça dos autos, que os sistemas eletrônicos dos Tribunais disponibilizem mecanismos próprios com vistas a permitir, no momento do protocolo, a classificação de documentos – ou, então, da petição como um todo – como sigilosos, de forma a resguardar eventuais dados privados neles contidos. [...] Nesse cenário, eventuais documentos indicados como sigilosos seriam passíveis de consulta apenas pelas partes, por seus procuradores e pelo Ministério Público – mantendo-se o espírito do atual art. 3º da Resolução 121/2010 –, enquanto que os demais permaneceriam acessíveis a todo e qualquer cidadão, preservando-se assim o princípio da publicidade em sua plenitude.<sup>78</sup> Nada impediria, ainda, nessa situação, que o órgão jurisdicional analisasse a pertinência da classificação de documentos como sigilosos, com vistas a evitar abusos.<sup>79</sup> Consideramos, porém, que ninguém melhor do que as próprias partes para determinar se a publicidade de certo documento dos autos representa, ou não, violação à sua intimidade.<sup>43</sup>

O fato é que a Resolução 121/2010 do CNJ continua em vigor. Em consulta ao sítio do Superior Tribunal de Justiça, podemos pesquisar qualquer processo por diversos critérios de busca, como o número do processo, o nome das partes, nome do advogado, dentre outros critérios<sup>44</sup>. Ao pesquisar por um processo em específico, é possível ver as fases do processo, seus eventuais acórdãos e sentenças, e os tipos de petições já protocolizadas nele.

### **3. O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

#### **3.1 - Histórico**

O Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de aplicar a Lei 11.419/2006, editou a Resolução nº. 2 de 24 de abril de 2007. Esta Resolução

<sup>42</sup> Idem, ibidem.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Conforme pode ser visto em <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

institui o recebimento de petições eletrônicas no STJ. Era permitido o envio de petições por meio eletrônico referentes aos processos de competência originária do presidente do STJ, além dos *Habeas Corpus* e dos Recursos em *Habeas Corpus*<sup>45</sup>.

Não se pode afirmar, todavia, que tal Resolução marcou o início da adoção do processo eletrônico no STJ. O ato que institui a tramitação dos processos judiciais de forma eletrônica viria cerca de dois anos depois, com a edição da Resolução 1/2009. A Resolução n. 2/2007, por outro lado, previa somente o envio de petições de forma eletrônica. Como os processos ainda tramitavam em papel, era necessário imprimir a petição e fazer a juntada no processo da forma tradicional.

Assim, a Resolução de 2007, apesar de ser um marco para a evolução da modernização do processo judicial no STJ, ainda não era a efetivação do processo judicial eletrônico naquele tribunal. O peticionamento eletrônico implementado pela resolução melhorava o acesso ao tribunal pelos advogados que, além da possibilidade de continuar encaminhando os documentos de forma tradicional, com o advento da nova Resolução podiam também encaminhá-los via internet. A mencionada Resolução, todavia, pouco ou nada contribuía para a celeridade do documento no âmbito interno daquele tribunal.

A bem da verdade, a Resolução introduziu um novo processo de trabalho para os servidores do STJ. Agora além do protocolo e do encaminhamento da petição ao órgão julgador para juntada, era necessário imprimir as petições encaminhadas eletronicamente. Desta forma, o procedimento criado não contribuiu para melhorar a celeridade do processo e gerou mais um gasto para o erário: o da impressão das petições enviadas eletronicamente.

O processo eletrônico foi adotado no STJ, de fato, com a edição da Resolução 1/2009. Esta Resolução instituiu o e-STJ “meio eletrônico de

---

<sup>45</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 02, de 24 de abril de 2007. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/011/9318/Res\\_2\\_2007.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/011/9318/Res_2_2007.pdf)

tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais<sup>46</sup>.”

A Resolução 1/2009 estabeleceu diversas normas que serviram de base para a edição das Resoluções seguintes, tendo sido um importante meio de consolidar o uso do processo eletrônico judicial no STJ. A Resolução previa a necessidade de credenciamento dos usuários externos – “membros do Ministério Público federal que atuem no Superior Tribunal de Justiça e os procuradores e representantes das partes com capacidade postulatória<sup>47</sup>” – para acesso ao sistema. A forma de credenciamento para os usuários externos era feita de duas maneiras: ou pelo próprio usuário externo no portal do STJ com o uso do certificado digital, ou mediante identificação presencial do interessado e apresentação dos documentos que comprovem sua capacidade postulatória, conforme o art. 9º da referida resolução.

A Resolução supracitada previu também a remessa e a baixa eletrônica de processos para os tribunais de instância inferior. Ademais, as peças e processos que chegavam de forma física eram digitalizados e transformados em eletrônico. A digitalização dos processos de papel aconteceu em três fases no tribunal: primeiramente foram digitalizados os processos sobrestados que aguardavam decisão do Supremo Tribunal Federal; em seguida começaram a ser digitalizados os processos em papel que chegavam ao STJ e, por último, foram digitalizados os processos que já estavam no tribunal<sup>48</sup>.

O passo seguinte do tribunal foi editar a Resolução 1/2010, que revogou a Resolução 2/2009. Os primeiros artigos, que tratam da adoção do e-STJ e do horário de funcionamento do sistema e das consequências em caso de indisponibilidade, em nada foram alterados em relação à Resolução anterior. A primeira mudança importante aconteceu no Art. 9º, que trata do credenciamento para uso do sistema. A Resolução anterior previa o

---

<sup>46</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 01, de 06 de fevereiro de 2009. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/19679/Res\\_1\\_2009\\_PRE.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/19679/Res_1_2009_PRE.pdf)

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Conforme entrevista do Secretário de Tecnologia da Informação do STJ à época, disponível em <http://www.premioinnovare.com.br/praticas/l/justica-na-era-virtual>. Acesso em 23 de junho de 2017

credenciamento via certificado digital no sítio do tribunal ou o credenciamento mediante identificação presencial do advogado. A Resolução de 2010 manteve esses dois meios de credenciamento, com o adicional de que o credenciamento feito presencialmente, sem o uso do certificado digital, seria “para uso exclusivo nos terminais de autoatendimento instalados na sede do tribunal<sup>49</sup>”. Na prática, este tipo de credenciamento seria de pouca utilidade, já que o interessado só poderia acessar o sistema na sede do STJ.

Outro artigo acrescentado pela Resolução de 2010 diz respeito ao acesso aos autos do processo:

Art. 15. É livre a consulta pública aos processos eletrônicos pela rede mundial de computadores, mediante uso de certificação digital, nos termos da lei do processo eletrônico, sem prejuízo do atendimento nas unidades cartorárias da Secretaria dos Órgãos Julgadores. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput aos processos criminais de competência da Corte Especial e aos que correrem em segredo de justiça, bem como àqueles indicados pelo Relator, que só poderão ser consultados pelas partes e pelos procuradores constituídos no feito.

As considerações sobre a consulta aos processos eletrônicos pela internet já foram feitas anteriormente no presente trabalho. O fato é que, com a edição da Resolução 121/2010 do CNJ, o termo “consulta pública” teve de ser interpretado de acordo com a Resolução, ou seja, só seria possível a consulta pública do número classe e assunto do processo, do nome da parte e de seus advogados, da movimentação processual e do inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos.

### **3.1.1 A Resolução 14/2013 e o peticionamento eletrônico obrigatório**

Em 03 de julho de 2013 foi publicada a Resolução 14/2013<sup>50</sup> que revogava a Resolução 1/2010. A Resolução 14/2013 trouxe diversas novidades em relação às anteriores, como será analisado a seguir.

---

<sup>49</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 01, de 10 de fevereiro de 2010. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/27153/Res%201\\_2010\\_PRE.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/27153/Res%201_2010_PRE.pdf)

<sup>50</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 14, de 28 de junho de 2013. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/61239/Res%2014\\_2013\\_PRE\\_Atualizado.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/61239/Res%2014_2013_PRE_Atualizado.pdf)



Primeiramente, a Resolução revogou o artigo que previa o credenciamento presencial, sem a necessidade do certificado digital. Entendemos que a existência de tal credenciamento na Resolução anterior era inócua, já que exigia a presença do advogado na sede do tribunal para realizar os atos processuais. Como ainda era possível a entrega de petições de papel, bastava o advogado ou a parte interessada comparecer à secretaria do tribunal para realizar o protocolo de suas petições.

Com a edição da Resolução de 2013, entretanto, tal previsão seria de grande utilidade, já que esta Resolução instituiu o peticionamento eletrônico obrigatório em algumas classes processuais. Desta forma, o advogado que não possuísse o certificado digital teria a opção de se dirigir à sede do tribunal e realizar o protocolo nos terminais de autoatendimento.

Outra inovação importante da Resolução 14/2013 em relação às anteriores foi a previsão das consequências em caso de indisponibilidade do sistema. O artigo 5º da referida Resolução considera indisponibilidade do sistema a “... falta de oferta dos seguintes serviços ao público externo: I – consulta aos autos digitais; II – transmissão eletrônica de peças processuais, inclusive da petição eletrônica.”, destacando que falhas na transmissão dos dados entre a rede do usuário e a rede de comunicação pública e as falhas nos equipamentos dos usuários não caracterizam a indisponibilidade.

A Resolução previu então os efeitos da indisponibilidade do sistema para os prazos processuais:

Art. 7º Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade de quaisquer dos serviços referidos no art. 5º serão prorrogados para o dia útil seguinte à retomada de funcionamento, quando:

I – a indisponibilidade for superior a sessenta minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre as 6 horas e as 23 horas;

II – ocorrer indisponibilidade das 23 horas às 24 horas.

Parágrafo único. As indisponibilidades ocorridas entre a 0 hora e as 6 horas dos dias de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora, não produzirão o efeito do caput deste artigo.

Assim, observou-se a preocupação do Tribunal em resguardar os advogados em relação aos eventuais problemas do sistema de peticionamento eletrônico.

A principal novidade da Resolução de 2013, entretanto, foi a implementação da obrigatoriedade de peticionar eletronicamente certas classes de petições iniciais e incidentais. O art. 10º da Resolução lista quais são essas petições e as exceções a esta regra.

É relevante aqui ressaltar a importância desta obrigatoriedade na efetivação do processo eletrônico no STJ. Antes da referida Resolução, ainda que o processo eletrônico fosse uma realidade no STJ, a maior parte das petições encaminhadas pelos advogados ainda era de papel<sup>51</sup>. Com a implementação do processo eletrônico em 2009, era preciso digitalizar as petições que chegassem em papel para assim ser possível fazer a juntada aos autos eletrônicos. Tal procedimento, além de demandar um grande número de funcionários, diminuía a celeridade que deveria haver no processo eletrônico.

A obrigatoriedade do peticionamento eletrônico diminuiu essa demanda por digitalização de documentos, além de agilizar o andamento do processo no tribunal. A petição em papel levava até 48 horas para ser processada contra 20 minutos da petição eletrônica<sup>52</sup>. A nova Resolução, em seu artigo 23, autorizava a Secretaria Judiciária a recusar os documentos recebidos de forma física após os prazos estabelecidos pela Resolução.

É pertinente também destacar as estatísticas relativas à implementação da obrigatoriedade do peticionamento eletrônico. O STJ recebeu, no ano de 2012, 369.062 petições incidentais em papel contra 102.525 eletrônicas. Já as iniciais totalizaram 35.506 em papel e 14.106 eletrônicas. Em 2013, ano da Resolução que introduziu o peticionamento eletrônico obrigatório, os números foram de 253.930 em papel e 212.114 eletrônicas para as incidentais e 24.696 em papel e 17.853 eletrônicas para as

---

<sup>51</sup> Dados disponíveis em <https://intrasec.stj.jus.br/SGI/jsp/main.jsp?imlnTab=K4040&imlnTabPai=K40&imlnTabAvo=K6020B>. Acesso em 26 de junho de 2017.

iniciais<sup>53</sup>. Em 2014, ano em que a Resolução já funcionava de forma plena, o total de petições incidentais em papel foi de 93.038, contra 380.022 eletrônicas. Já as iniciais totalizaram 18.333 petições físicas contra 29.862 eletrônicas. Em 2016 o percentual de petições incidentais recebidas eletronicamente atingiu 86% contra 14% de petições físicas, já as incidentais tiveram o percentual de 74% e 26%, respectivamente.<sup>54</sup>

Assim, podemos notar pelos números apresentados, que a Resolução 14/2013 foi um passo crucial tomado em direção à efetivação do processo eletrônico no STJ. Apesar das críticas, no que diz respeito a uma suposta afronta ao princípio da igualdade, já que nem todos teriam acesso aos meios de enviar a petição eletronicamente, a edição desta Resolução foi essencial para dar real continuidade ao projeto de implementar o processo judicial eletrônico no STJ.

## **3.2 – O Processo eletrônico no STJ hoje**

### **3.2.1 – A Resolução 10/2015 e suas atualizações**

A atual norma que rege o Processo Judicial no STJ é a Resolução n. 10, de 6 de outubro de 2015, com alterações feitas pelas Resoluções 13/2016 e 17/2016. Diversas modificações foram feitas com o advento da Resolução de 2015, com o intuito de aprimorar a eficiência do processo eletrônico no tribunal.

Primeiramente, a Resolução acrescentou que a falta de oferta do serviço de acesso a citações, intimações ou notificações eletrônicas também seria considerado indisponibilidade do sistema e-STJ para os todos os fins, inclusive no que diz respeito à prorrogação de prazos. O acréscimo deste item foi importante devido à inclusão da Seção VII feita pela Resolução, que trata

---

<sup>52</sup>Conforme notícia disponível em [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=visualiza\\_noticia&id\\_caderno=20&id\\_noticia=107381](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=visualiza_noticia&id_caderno=20&id_noticia=107381). Acesso em 26 de junho de 2017.

<sup>53</sup> É importante destacar que a Resolução 14/2013 determinou prazos para que a obrigatoriedade do peticionamento eletrônico fosse exigida, fazendo-o assim de modo gradual, para que os advogados e entes públicos pudessem se adaptar às novas regras (Art. 21 e 22 da Resolução 14/2013).

das intimações eletrônicas, será visto a seguir. A Resolução 13/2016 acrescentou também a impossibilidade de acessar o portal do STJ como motivo de se atestar a indisponibilidade do sistema.

Outra alteração importante foi o acréscimo, no Art. 8º da Resolução, da possibilidade de acesso ao e-STJ via *login* e senha para os representantes dos órgãos do Poder Judiciário e de Administração da Justiça com atuação no tribunal, para fins de visualização de processo, intimação eletrônica e prestação de informações em geral. Este inciso foi importante principalmente para facilitar a comunicação entre órgão do poder judiciário, possibilitando que a resposta a ofícios ou Cartas de Ordem fosse feita pelo e-STJ

A Resolução 14/2015 instituiu também a obrigatoriedade do envio pelos tribunais dos processos recursais eletronicamente. A previsão de envio dos processos por via eletrônica já existia anteriormente, porém apenas com a Resolução de 2015 esta forma de envio se tornou obrigatória. A Resolução contém, ainda, normas de indexação do processo e a baixa eletrônica dos autos. Foi dado um prazo de 120 dias para os tribunais de segunda instância se adaptarem a esta novidade<sup>55</sup>.

O rol de petições que era obrigatório o envio por meio do e-STJ, bem como as que não tinham esta obrigatoriedade foi alterado para se adequar ao CPC. Petições antes classificadas como “Sentença Estrangeira” e “Medida Cautelar” tiveram seus nomes alterados para “Homologação de Decisão Estrangeira” e “Pedido de Tutela Provisória”, por exemplo. Foram acrescentadas também as classes “Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas<sup>56</sup>”, “Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei”, dentre outros.

---

<sup>54</sup> Dados coletados em <https://intrasec.stj.jus.br/SGI/jsps/main.jsp?imlnTab=K4040&imlnTabPai=K40&imlnTabAvo=K6020B>. Acesso em 26 de junho de 2017.

<sup>55</sup> Conforme o Art. 23 da Resolução/STJ 10/2015.

<sup>56</sup> Criada pelo CPC de 2015, em seus artigos 976 a 987.

A Resolução previu ainda, como novidade, a juntada automática das petições aos autos eletrônicos, sem a intervenção das unidades da Secretaria do Tribunal<sup>57</sup>. Tal medida, porém, ainda não foi adotada de fato pelo tribunal.

### 3.2.2 – O sistema e-STJ

O sistema informatizado e-STJ foi adotado pelo tribunal ainda com a Resolução 1/2009, e segue sendo usado até hoje. A lei 11.419/2006 prevê que os tribunais devem prioritariamente padronizar os sistemas de seus órgãos:

Art. 14. Os sistemas a serem desenvolvidos pelos órgãos do Poder Judiciário deverão usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização.

Tal previsão legal, entretanto, é apenas uma orientação, já que a própria lei autoriza, em seu artigo 8º, a criação pelos tribunais de sistemas próprios de processos eletrônicos.

Alguns tribunais, deste modo, tomaram a dianteira e criaram seus próprios sistemas. É o caso do Supremo Tribunal Federal que, em 2007, criou o sistema e-STF<sup>58</sup>, e do próprio STJ, que criou o sistema e-STJ em 2009.

Em doutrina, Tarcísio Teixeira é contrário a autorização dada pela lei sobre a criação de sistemas próprios para os tribunais. Eis o seu posicionamento<sup>59</sup>:

A lei 11.419/2006 falha quando autoriza os tribunais pátrios a criarem individualmente plataformas eletrônicas para a prática de atos processuais. [...]

[...] Atualmente, verifica-se a proliferação de sistemas eletrônicos para transmissão de petições, tais como o e-Doc (da Justiça do Trabalho), e-Proc (dos Juizados Especiais Federais), o PROJUDI e o PJe (criados pelo Conselho Nacional de Justiça), além do e-STJ e do e-STF, utilizados pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, entre outros.

---

<sup>57</sup> Tal previsão está de acordo com o Art. 228, § 2º do novo CPC: “[...] Nos processos em autos eletrônicos, a juntada de petições ou de manifestações em geral ocorrerá de forma automática, independentemente de ato de serventuário da justiça.” -

<sup>58</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 344, de 25 de maio de 2007. Disponível em <http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO344-2007.PDF>

<sup>59</sup> TEIXEIRA, Tarcísio. Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática/Tarcísio Teixeira – 2. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2014. p. 435.

Pela simples análise deste quadro, é possível se constatar que a situação atual contraria diversas premissas da própria lei de informatização do processo judicial, sendo que dentre elas podemos destacar a facilitação do acesso e a aproximação do jurisdicionado à Justiça.

Tal análise é precisa, já que a utilização de diversos sistemas acarretaria transtornos aos advogados, jurisdicionados e aos membros do Poder Judiciário.

Com o intuito de resolver este impasse, o Conselho Nacional de Justiça, juntamente com o STF, o STJ e diversos outros órgãos do Poder Judiciário lavrou Termo de Cooperação Técnica n. 58/2009<sup>60</sup> instituindo um padrão nacional de integração de sistemas de processo eletrônico. O Conselho Nacional do Ministério Público aderiu ao acordo em maio de 2012<sup>61</sup>.

Em 16 de abril de 2013, o CNJ juntamente com o CNMP editou a Resolução Conjunta n. 3, de 16 de abril de 2013<sup>62</sup>, instituindo o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público que visava “propiciar plena interoperabilidade entre os sistemas do Poder Judiciário, do Ministério Público e das demais instituições e órgãos componentes do Sistema de Justiça.” Tal documento visava padronizar as bases para o intercâmbio de informações entre os tribunais e o Ministério Público. Esta Resolução incluiu todos os tribunais desde a primeira instância até os tribunais superiores, com exceção do STF.

Em 18 de dezembro de 2013, o CNJ editou a Resolução n. 185/2013<sup>63</sup>, que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais. A Resolução previa, entretanto, a implantação do sistema PJE apenas nos tribunais de

---

<sup>60</sup> Termo de Acordo e Cooperação Técnica/CNJ n. 58/2009. Disponível em [http://www.cnj.jus.br/images/dti/Comite\\_Gestao\\_TIC/Modelo\\_Nacional\\_Interoperabilidade/tcot\\_n\\_58\\_2009.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/dti/Comite_Gestao_TIC/Modelo_Nacional_Interoperabilidade/tcot_n_58_2009.pdf)

<sup>61</sup> Termo de adesão disponível em [http://www.cnj.jus.br/images/Modelo\\_Nacional\\_Interoperabilidade/termo\\_adeseo\\_CNMP\\_acordo\\_cooperacao\\_58\\_2009\\_MNI.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/Modelo_Nacional_Interoperabilidade/termo_adeseo_CNMP_acordo_cooperacao_58_2009_MNI.pdf).

<sup>62</sup> BRASIL. Resolução Conjunta n. 3, de 16 de abril de 2013. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=229>

<sup>63</sup> BRASIL. Resolução/CNJ n. 185, de 18 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1933>

primeiro e segundo grau, sendo omissos no que diz respeito às instâncias superiores.

Desta forma, o Superior Tribunal de Justiça continua utilizando seu sistema próprio, o e-STJ. O CNJ atualmente vem empregando esforços para desenvolver o sistema Escritório Digital, visando integrar os sistemas processuais dos tribunais, de forma que não seria necessária a adoção do mesmo sistema por todos os tribunais. Este sistema, se for implementado, trará melhorias para os advogados e para as partes, que poderão realizar os atos processuais e consultar os processos em um só lugar, independentemente do sistema adotado pelo tribunal.

### **3.2.3 – Assinatura eletrônica**

O artigo 2º da Lei 11.419/2006 determina que: “envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica”, sendo obrigatório ainda o credenciamento prévio no poder judiciário, de acordo com o que for disciplinado em cada órgão.

A lei considera assinatura eletrônica a assinatura digital baseada em Certificado Digital e o cadastro do usuário no Poder Judiciário – conhecido como sistema usuário-senha –, conforme disciplinado pelos respectivos órgãos. É interessante analisarmos a posição de José Carlos de Araújo Almeida Filho que entende que a lei não determinou duas formas de assinatura, mas sim uma duplicidade de requisitos<sup>64</sup>. Ou seja, a parte precisaria possuir certificado digital e ter um cadastro junto ao Poder Judiciário.

Apesar deste entendimento, a maior parte da doutrina e dos tribunais entende que a lei considera duas formas distintas de assinatura eletrônica. Parte da doutrina estende também que a identificação pelo método usuário-senha não garante a segurança adequada para a realização de atos

---

<sup>64</sup> ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo, 1967 - Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: A informatização judicial no Brasil/ José Carlos de Araújo Almeida Filho. 5. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2015. p.216

judiciais<sup>65</sup>. Assim, O STJ optou pelo uso do certificado digital, conforme o Artigo 8º da Resolução 10/2015 do STJ.

O sistema do STJ permite o uso dos certificados do tipo A1 ou A3, desde que emitidos por uma autoridade certificadora credenciada pela ICP – Brasil<sup>66</sup>. O certificado do tipo A1 fica armazenado no computador dispensa o uso de *tokens*, tendo a validade de um ano. Já o certificado do tipo A3 armazena os dados do usuário em um cartão inteligente ou *token*, e oferece mais segurança ao usuário, além de ter a validade por três anos.

### 3.2.4 – Intimação eletrônica

A intimação eletrônica é uma novidade introduzida no STJ pela Resolução 10/2015. Este meio de intimação foi expressamente previsto na lei 11.419/2006:

Art. 5º : As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

Além disso, o Código de Processo Civil prevê, em seu artigo 270, que as intimações realizar-se-ão, sempre que possível, de forma eletrônica.

Assim, com o objetivo de se adaptar ao disposto na Lei de Informatização do Processo Judicial e ao CPC, o STJ incluiu na Resolução 10/2015 a Seção VII, que trata das intimações eletrônicas para entes públicos.

É necessário destacar aqui que a intimação eletrônica prevista na Resolução 10/2015 se difere da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, introduzido no STJ por meio da Resolução 8, de 20 de setembro de 2007<sup>67</sup>. Ambas as formas de comunicação dos atos estão previstas na Lei 11.419/2006<sup>68</sup>, a intimação via DJE, porém, vem sendo usada há quase 10

<sup>65</sup> CALMON, Petrônio. Comentários à lei de informatização do processo judicial: Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 71

<sup>66</sup> Conforme informação vista em < [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/TV/pt\\_BR/Sob-medida/Advogado/Ajuda/Processo\\_Eletr%C3%B4nico\\_e\\_STJ/Certificado-digital](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/TV/pt_BR/Sob-medida/Advogado/Ajuda/Processo_Eletr%C3%B4nico_e_STJ/Certificado-digital)>. Acesso em 29 de junho de 2017

<sup>67</sup> BRASIL. Resolução/STJ n. 8, de 20 de setembro de 2007. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/9971>

<sup>68</sup> A intimação via DJE está prevista no art 4º enquanto a intimação eletrônica está prevista no art. 5º da referida lei.



anos pelo tribunal, enquanto a intimação eletrônica é uma novidade implementada pela Resolução 10/2015.

A intimação eletrônica ainda encontra-se em fase de testes no âmbito do STJ. Seu processamento se dá por duas formas: através do acesso ao Portal de Intimações<sup>69</sup>, em que é necessário o cadastro da instituição no STJ, ou pela comunicação entre sistemas, em que o órgão interessado deve firmar acordo de cooperação técnica com o Tribunal. A intimação eletrônica é reservada aos órgãos públicos que tem a prerrogativa de intimação pessoal<sup>70</sup>.

Em relação aos prazos, a Lei 11.419/2006 estabelece que a intimação será considerada realizada no dia em que o intimado consultar eletronicamente o teor da intimação. Se a consulta for em dia não útil, esta será considerada feita no dia útil seguinte. A lei ainda estabelece que a consulta deve ser feita em 10 dias, sob pena de ser considerada a intimação automaticamente realizada no término deste prazo.

É interessante destacar uma decisão recente do STJ referente à duplicidade de intimações, realizadas tanto por meio eletrônico quanto pelo DJE. Trata-se de acórdão em que a Terceira Turma deu provimento, por unanimidade, a Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial em que a parte alega que seu recurso é tempestivo, visto que foi intimado tanto pelo DJE quanto pelo portal eletrônico.

EMENTA - AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA PRECEDIDA DE INTIMAÇÃO NO DJE. CONTAGEM DE PRAZO. PREVALÊNCIA DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. EXEGESE DO ART. 5º DA LEI 11.419/2006. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. Controvérsia acerca da contagem de prazo recursal na hipótese de duplicidade de intimações, um via DJe e outra por meio de portal eletrônico. 2. "As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, **dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico**" (art. 5º, 'caput', Lei 11.419/2006, sem grifos no original). 3. Prevalência da intimação eletrônica sobre a intimação via DJe, na hipótese de duplicidade de intimações. Entendimento em sintonia com o CPC/2015. 4. Contagem do prazo recursal a partir da data em que se considera

<sup>69</sup> Acesso em <https://ww2.stj.jus.br/portalIntimacao/>. Acesso em 28 de junho de 2017.

<sup>70</sup> Conforme notícia publicada em <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/244877628/sistema-de-intimacao-eletronica-de-orgaos-publicos-esta-disponivel-no-site-do-stj>. Acesso em 28 de junho de 2017.

realizada a intimação eletrônica. 5. Tempestividade do recurso, na espécie. 6. AGRAVO INTERNO PROVIDO.<sup>71</sup>

É interessante observar que o ministro relator reviu seu posicionamento anterior, conforme podemos ver em seu voto:

[...] Porém, revendo meu posicionamento anterior, entendo que deve prevalecer a intimação via portal eletrônico, pois essa modalidade de intimação dispensa a publicação via DJe, conforme expressamente previsto no já aludido art. 5º da Lei 11.419/06. Essa previsão expressa de dispensa de publicação no DJe evidencia que a intimação eletrônica é a que deve ter prevalência. Essa também foi a opção normativa esposada pelo novo CPC/2015 [...]<sup>72</sup>

Tal entendimento, porém, não é unanimidade entre os ministros do STJ, como podemos ver na ementa a seguir:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INTEMPESTIVIDADE. PREVALÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não merecem acolhimento os embargos de declaração opostos sem a indicação de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, arts. 1.022 e 1.023), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas no aresto embargado, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

**2. Havendo intimação eletrônica e publicação da decisão no Diário da Justiça Eletrônico, prevalece a última, porquanto a Lei 11.419/2006 dispõe que a publicação em Diário de Justiça eletrônico substitui qualquer outro meio de publicação oficial para quaisquer efeitos legais.**

3. Embargos de declaração rejeitados.<sup>73</sup> (sem grifos no original)

É importante também destacar a recente decisão do CNJ que aprovou a utilização do Whatsapp para realizar intimações<sup>74</sup>, seguindo a tendência de usar as inovações tecnológicas para aprimorar a comunicação dos atos processuais.

<sup>71</sup>BRASIL. STJ. Agravo em Recurso Especial nº 903.091/RJ. Terceira Turma. Rel. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgamento em 16/03/2017. Disponível em [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=70408152&num\\_registro=201600981679&data=20170327&tipo=51&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=70408152&num_registro=201600981679&data=20170327&tipo=51&formato=PDF)

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> BRASIL. STJ. Agravo em Recurso Especial nº 861.128/RJ. Quarta Turma. Rel. Raul Araújo. Julgamento em 06/04/2017. Disponível em [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=70720365&num\\_registro=201600216079&data=20170503&tipo=51&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=70720365&num_registro=201600216079&data=20170503&tipo=51&formato=PDF)

Desta forma, a tendência, é que o Superior Tribunal de Justiça utilize cada vez mais a intimação eletrônica, estendendo-a aos advogados de modo geral, não só aos entes públicos, seguindo a orientação do Código de Processo Civil.

### 3.3 – Outras características e o futuro do processo eletrônico no STJ

Além do que foi exposto acima, é importante destacar outros aspectos a respeito do funcionamento do processo eletrônico no Superior Tribunal de Justiça.

O envio de petições via *fac-símile* ainda é permitido no STJ<sup>74</sup>, visto que a Lei 9.800/1999 (Lei do Fax) não foi revogada. Tal meio de envio de peças, entretanto, é ultrapassado e está caindo em desuso. O entendimento do tribunal é que o original da petição encaminhada *via fac-símile* deve ser feito obrigatoriamente por meio eletrônico, salvo as exceções previstas nas Resolução STJ/GP n. 10/2015. Assim, perdeu-se a razão de utilizar essa forma de envio de peças processuais. Muitos advogados ainda a usam, entretanto, nos processos em que não é obrigatório o envio de petições eletrônicas (conforme o Art. 10, Parágrafo Único da Resolução 10/2015), ou quando não possuem o certificado digital, para prorrogar o prazo para entrega da petição eletrônica e, assim, tentar obter o certificado digital em tempo hábil.

No que diz respeito ao e-mail, a Resolução 10/2015 prevê, no seu Art. 16, que o correio eletrônico (e-mail) não configura meio idôneo para a comunicação de atos e transmissão de petições e peças processuais, sendo vedada sua utilização para os fins tratados nesta resolução.

O processo eletrônico no STJ está em constante revisão e atualização se adaptar às demandas que vêm surgindo. Com relação ao futuro, tentaremos fazer uma breve previsão do que deve surgir nos próximos anos.

---

<sup>74</sup> Conforme noticiado em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85009-whatsapp-pode-ser-usado-para-intimacoes-judiciais>. Acesso em 01 de julho de 2017.

<sup>75</sup> Conforme informação disponível em [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/Advogado/pt\\_BR/Sob-medida/Advogado/Ajuda/Processo\\_Eletr%C3%B4nico\\_e\\_STJ/Acesso-ao-e%E2%80%93STJ](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/Advogado/pt_BR/Sob-medida/Advogado/Ajuda/Processo_Eletr%C3%B4nico_e_STJ/Acesso-ao-e%E2%80%93STJ). Acesso em 28 de junho de 2017.

Primeiramente, não acreditamos em uma mudança no sistema do processo eletrônico no tribunal. A Resolução 185/2013 do CNJ, como foi visto, não incluiu os tribunais superiores na lista dos tribunais que deveriam adotar o sistema PJE. Ademais, a criação do Escritório Digital pelo CNJ prescindiria a adoção de um sistema único para todos os tribunais. De acordo com o sítio do CNJ:

A ideia é que o usuário não precise entrar no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ou nos outros sistemas de controle processual dos diversos tribunais. As informações de todos os processos estarão reunidas em um único endereço na internet, facilitando a busca e o acompanhamento por advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e pela população em geral.

O Escritório Digital funcionará como um mensageiro, usando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), estabelecido na Resolução Conjunta n. 3/2013, para buscar novas intimações ou comunicações nos processos dentro dos tribunais conectados. Não será necessário que o tribunal tenha o Processo Judicial Eletrônico (PJe), mas é imprescindível que já tenha aderido ao MNI.

Assim, não haveria razão de adotar outro sistema de processo eletrônico para o STJ, pois o Escritório Digital simplificaria o trabalho, melhorando a experiência do usuário sem que fosse preciso a adoção de um sistema único para os tribunais.

Uma atualização importante a ser adotada no STJ é a possibilidade de anexar arquivos de áudio e vídeo nos autos eletrônicos. Atualmente, se a parte quer encaminhar um arquivo deste tipo, não pode fazê-lo eletronicamente, via e-STJ. Ao invés disso, o interessado deve encaminhar o arquivo por CD ou outra mídia. Além disso o arquivo não fica anexo aos autos. Assim, entendemos que esta é uma importante atualização a ser adotada no STJ para melhorar o sistema do processo eletrônico.

## **CONCLUSÃO**

O processo eletrônico é, incontestavelmente, uma das maiores mudanças ocorridas nos últimos tempos em matéria de direito processual no Brasil. Tal mudança trouxe consigo, como não poderia deixar de ser, diversos questionamentos e adversidades que, aos poucos, vem sendo solucionados.

Verifica-se que o processo eletrônico veio para, de fato, ser aplicado em todos os tribunais do país, uma vez que tal procedimento possui diversas vantagens, a despeito de todos os problemas e desafios enfrentados para sua efetivação.

Um dos principais problemas enfrentados é a existência de diversos sistemas em diferentes tribunais, acarretando transtornos aos advogados, jurisdicionados e aos próprios membros do Poder Judiciário. Esforços estão sendo empregados para tentar resolver este obstáculo, como a implementação, pelo CNJ, do Escritório Digital. Quando devidamente implementado, o processo judicial eletrônico no Brasil terá uma sensível melhoria em diversos aspectos.

O Superior Tribunal de Justiça foi um dos precursores na implementação do processo eletrônico no país. O tribunal vem promovendo, de diversas formas, meios de utilizar o processo eletrônico nos seus processos judiciais de forma segura e efetiva. Ademais, o tribunal possui uma inegável importância e influência sobre os outros tribunais de todo o país.

Assim, é imprescindível acompanhar todas as mudanças ocorridas no Superior Tribunal de Justiça no que diz respeito ao processo eletrônico, não só as de ordem técnica e operacional, mas também as decisões tomadas pela Corte a respeito do assunto.

|

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo, 1967 - **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: A informatização judicial no Brasil**/ José Carlos de Araújo Almeida Filho. 5. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro, volume I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos** / Araken de Assis. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BARRETO, Ana Amélia Menna. **Regulamentação do Processo judicial informatizado X Violação legais. Processo Judicial Eletrônico** / Coordenação: Marcus Vinicius Furtado Coêlho e Luiz Cláudio Allemand. – Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014.

CALMON, Petrônio. **Comentários à lei de informatização do processo judicial: Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

ROCHA, Henrique de Moraes Fleury da. **Garantias fundamentais do processo sob a ótica da informatização judicial**. Revista de Processo. vol. 267. ano 42. p. 129-170. São Paulo: Ed. RT, Maio 2017.

RUSCHEL, José Áirton; LAZZARI, João Batista; ROVER, Aires José. **O Processo Judicial Eletrônico no Brasil: uma visão geral. Processo Judicial Eletrônico** / Coordenação: Marcus Vinicius Furtado Coêlho e Luiz Cláudio Allemand. – Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática**/Tarcísio Teixeira – 2. ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Constituição da República federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm)

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)

BRASIL. Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8245.htm)

BRASIL. Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9800.htm)

BRASIL. Mensagem n. 1.446, de 27 de dezembro de 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/Mensagem\\_Veto/2001/Mv1446-01.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2001/Mv1446-01.htm)

BRASIL. Resolução Conjunta n. 3, de 16 de abril de 2013. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=229>

BRASIL. Resolução/CNJ n. 121, de 5 de outubro de 2010. Disponível em [http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/resolucao/resoluo%20121\\_2010.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resoluo%20121_2010.pdf)

BRASIL. Resolução/CNJ n. 185, de 18 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1933>

BRASIL. Resolução/STF n. 427, de 20 de abril de 2010. Disponível em <http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO-C-427.PDF>

BRASIL. Resolução/STJ n. 01, de 06 de fevereiro de 2009. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/19679/Res\\_1\\_2009\\_PRE.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/19679/Res_1_2009_PRE.pdf)

BRASIL. Resolução/STJ n. 01, de 10 de fevereiro de 2010. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/27153/Res%20\\_1\\_2010\\_PRE.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/27153/Res%20_1_2010_PRE.pdf)

BRASIL. Resolução/STJ n. 02, de 24 de abril de 2007. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/011/9318/Res\\_2\\_2007.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/011/9318/Res_2_2007.pdf)

BRASIL. Resolução/STJ n. 10, de 6 de outubro de 2015. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/94929>

BRASIL. Resolução/STJ n. 14, de 28 de junho de 2013. Disponível em [http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/61239/Res%20\\_14\\_2013\\_PRE\\_Atualizado.pdf](http://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/61239/Res%20_14_2013_PRE_Atualizado.pdf)

BRASIL. Resolução/STJ n. 344, de 25 de maio de 2007. Disponível em <http://www.stf.jus.br/ARQUIVO/NORMA/RESOLUCAO344-2007.PDF>

BRASIL. Resolução/STJ n. 8, de 20 de setembro de 2007. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/9971>